obrigatóriamente que seja prestada uma garantia real no âmbito deste processo.

Após os esclarecimentos devidos, a Direcção da Federação Portuguesa de Voleibol apresentou para aprovação a seguinte autorização, que a seguir se transcreve:

"A Direcção da Federação Portuguesa de Voleibol, solicita à Assembleia extraordinariamente reunida autorização para, caso seja necessário propor em sede de Execução fiscal a constituição de uma garantia real sobre o imóvel da Rua Henrique Paiva Couceiro e eventualmente sobre os imóveis da Avenida de Roma, caso o valor atribuído ao primeiro não se revele suficiente, de acordo com a avaliação efectuada pela Direcção Geral dos Impostos como forma de suspender os processos de Execução fiscal relativo aos exercícios de dois mil e oito e dois mil e nove."

Esta autorização foi aprovada por unanimidade.

De seguimento da mesma, a Assembleia deliberou, por unanimidade, manifestar o seu repúdio pela interpretação restritiva em processo fiscal que envolve a Federação Portuguesa de Voleibol e solidarizar-se com todas as acções que a Direcção levar a cabo no sentido de repor a justiça.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa da Assembleia deu por encerrados os trabalhos, mandando lavrar a presente acta que depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos legais.

O Presidente:

O Secretário em exercício:

Acta da Assembleia Geral Ordinária

Aos dez dias do mês de Dezembro de dois mil e onze, pelas dez horas e trinta minutos teve lugar, na sede da Federação Portuguesa de Voleibol, no Auditório Jorge de Araújo Ramos,

MM

à Assembleia Geral Ordinária da Federação Portuguesa de Voleibol, dando cumprimento à convocatória enviada aos Sócios.

Em representação da Associação de Voleibol do Porto, estiveram presentes os Delegados Joaquim Manuel Oliveira Vilela, Maria Helena Bi Medeiros Vilela, Marcelino Vasconcelos Tavares e Fernando Ricardo Pallares Ferreira; da Associação de Voleibol de Lisboa, Nuno Manuel Tavares Bello de Faça Breyncamp; da Associação de Voleibol do Alentejo, Paulo Daniel Brandão de Pinho; da Associação de Voleibol de Coimbra, Vítor Manuel Simões Lopes; da Associação de Voleibol de Viana do Castelo, José Henrique Borja Serafim; da Associação de Voleibol de Viseu, Helder João Pereira dos Santos e Artur Bentinho de Lucena; da Associação de Voleibol da Madeira, Américo Jorge Fernandes Aguiar; da Associação de Voleibol da Ilha Terceira, Graciana Sofia Ferreira Silva; da Associação de Voleibol de S. Miguel, Hélio Vieira Aguiar Drumonde; da Associação de Desportos da Ilha do Faial, Eduardo Manuel Andrade Gomes; da Associação de Voleibol da Ilha do Pico, Dona Cristina Azevedo Pina; da Associação de Voleibol de Ilha de Santa Maria, Helena Ferreira; da Associação Nacional de Treinadores de Voleibol, Nuno Joaquim da Cunha Sousa Soares, Bruno Guilherme Teixeira de Fonseca e José Afonso Neto; da Associação Portuguesa de Árbitros de Voleibol, Manuel Domingos Vasconcelos Tavares e Joaquim Cruz Rodrigues Ferreira; da Associação de Árbitros de Voleibol, António José Conceição Vaz de Castro e Adelino Isabel Simões Azevedo.

A Direcção da Federação Portuguesa de Voleibol esteve representada pelo Presidente, Vicente Araújo, e pelos Directores António Sá e Fernando Rosas. Presentes igualmente o Director Técnico Nacional, Daniel Sacenda, o Economista da FPV, João Nuno Ferreira, o Assessor Jurídico, Rogério Pedro Oliveira, bem como o Secretário Geral, Teodemiro Carvalho.

Por ausência do Secretário da Mesa da Assembleia Geral, o mesmo foi secretariado pelo Secretário Geral da FPV Teodemiro Carvalho.

Antes de se iniciar a sessão, procedeu-se à verificação dos credenciais e à confirmação do número de votos - 23

(vinte e três).

No período antes da ordem do dia, usaram da palavra o Presidente da Direcção, Vicente Araújo, o Delegado da Associação de Voleibol de Viana do Castelo, José Borja Serafim, o Delegado da Associação de Voleibol da Ilha Terceira, Graceme Silva, os Delegados da Associação de Árbitros de Voleibol, António Paz de Castro e Avelino Simões, o Delegado da Associação de Voleibol do Porto, Marcelino Soares, o Delegado da Associação de Voleibol do Alentejo, Paulo Pinho, e o Delegado da Associação Portuguesa de Árbitros de Voleibol Manuel Tavares.

Começou por usar da palavra o Presidente da Direcção, que deu algumas informações sobre aquilo que é intenção da Federação no que respeita ao procedimento do pagamento aos árbitros.

Informou, relativamente à situação fiscal, que não obstante estar a Federação com razão e continuar a usar os meios legais ao seu dispor na resolução do problema, já foi liquidado o IVA referente aos anos de 2008 e 2009, bem como o IRC de 2008. Aguarda-se a decisão da reclamação graciosa feita para em função da mesma actuar-se em conformidade.

No que respeita às deslocações dos equipas do Continente às Regiões Autónomas, o Presidente da Direcção informou que já foram gastos, até ao momento, mais de setenta mil Euros, não tendo, até à presente data, recebido do Estado qualquer comparticipação, e nem sequer sido assinado o contrato respeitante a esta rubrica.

Em relação às acções de Formação e em virtude de só se ter recebido a primeira Tranche este mês, a Federação está a acelerar ao máximo as acções de formação por forma a fazer o maior número possível até ao.

De seguida, usou da palavra o Delegado da Associação de Voleibol de Viana do Castelo, Borja Serafim, para referir do comportamento, menos digno e cordial que alguns treinadores e mesmo de jogadores dos equipas vencedores demonstraram no final dos jogos. Na sua opinião, deveria fazer-se uma campanha de sensibilização contra estes comportamentos, que nada dignificam os pessoas que os praticam, bem como o Voleibol em geral.

Referiu ainda o castigo aplicado a elementos de um clube de sua Associação - Voleibol Clube de Viana - por mau comportamento, estranhando, no entanto, que o árbitro da partida não tivesse tido qualquer sanção, uma vez que, afirma, teve um comportamento igual ao demonstrado pelos jogadores perante ele.

A Delegada da Associação de Voleibol da Ilha Terceira, Graça Silva, questionou se, de acordo com o contrato-programa, somente as duas deslocações previstas para as Assembleias Gerais, seriam subsidiadas.

A seguir, tomaram a palavra os Delegados da Associação de Árbitros de Voleibol, António Paz de Castro e Avelino Azevedo, para questionarem uma vez mais como se estava a proceder acerca da indicação dos Delegados efectivos e suplentes às Assembleias Gerais e se o parecer solicitado ao Conselho de Justiça já foi dado. Referiram que a avaliação dos árbitros através dos Delegados Técnicos não estava a ser cumprida na sua totalidade. Por última, solicitaram informação sobre a data em que iriam ser realizadas as próximas eleições para a Federação.

Seguidamente tomou a palavra o Delegado da Associação de Voleibol do Porto, Marcelino Tavares, solicitando informação acerca das razões que levaram à dissolução de vários atletas com idade inferior a 6 (seis) anos. Reclamou de uma carta elaborada por um prestador de serviços da F.P.J, que sendo uma carta particular não deveria referir a palavra "Nós". Referiu ainda o comportamento, para ele menos correcto, de outro prestador de serviços da F.P.J. alegadamente num jogo em Viana do Castelo.

O Delegado da Associação de Voleibol do Alentejo, Paulo Pinho, solicitou que lhe pudessem ser dados alguns informações sobre arbitragens.

Por último, usou da palavra o Delegado da Associação Portuguesa de Árbitros de Voleibol, Manuel Tavares, para expressar a sua opinião no que respeita ao pagamento de arbitragens.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu a palavra ao Presidente da Direcção para este poder elucidar e responder

às várias questões levantadas pelos Delegados.

O Presidente da F.P.V. começou por lamentar, no que respeita à intervenção do Delegado da Associação de Voleibol de Viana do Castelo, que os factos apontados tenham acontecido. A Federação Portuguesa de Voleibol tudo continuará a fazer para que tais acontecimentos não aconteçam, dando continuidade a uma campanha de "Fair Play", já iniciada, e solicitando a colaboração de todos para a mesma.

Informou o Delegado da Associação de Voleibol da Ilha Terceira que para além das duas previstas no contrato-programa, as demais Assembleias Extraordinárias seriam igualmente subsidiadas.

Em relação às questões levantadas pelos Delegados da Associação de Arbitros de Voleibol, começou por explicar, de novo, os procedimentos futuros a ter com o pagamento do prémio de jogo aos árbitros, que o assunto iria continuar a ser estudado, e partir do mês de Janeiro se iria proceder ao pagamento para todos aqueles que têm Bolsa, para que, no início da próxima época o assunto esteja resolvido.

Relativamente ao parecer do Conselho de Justiça da Federação Portuguesa de Voleibol, informou que de imediato iria ser entregue aos Delegados presentes.

No que diz respeito aos Delegados Técnicos, afirmou que nem todos os Delegados Técnicos são juízes-árbitros e que irão ser feitas acções de formação para os mesmos. Quanto à questão de não haver técnicos de arbitragem na F.P.V., informou que o Presidente do Conselho de Arbitragem todos os dias está na Federação para tratar de assuntos inerentes à Arbitragem e que uma das funcionárias da F.P.V. trabalha exclusivamente para o Conselho de Arbitragem, havendo estas funcionárias que, por acaso, são árbitros.

Por último, informou que as próximas eleições para os Corpos Gerentes da Federação Portuguesa de Voleibol serão feitas, de acordo com os Estatutos, entre Março e Abril de dois mil e doze aquando da Assembleia Geral Ordinária para aprovação do Relatório e Contas de Gerência do Ano de dois mil e doze.

Em resposta ao Delegado da Associação de Voleibol do Porto, começou por informar que se deve reprovar regulamentar

é enquadrar devidamente os atletas com menos de seis anos que se queiram inscrever nesta Federação, propondo inclusive uma reunião de trabalho com a Associação de Voleibol do Porto.

Quanto à questão levantada sobre as atitudes, dois dois funcionários da FPV, que não são prestadores de serviços, explicou o presidente da FPV que, não obstante a falta de intrusão e profissional dos dois elementos, que ateste, cada um deles tem a sua vida privada e são cidadãos comuns fora dos horas de serviço. Se resta quanto à carta escrita por António Guerra, que o fez a título particular, referiu que caso tivesse sido ele a dar uma resposta oficial, teria ido além do que foi escrito.

Ao Delegado da Associação de Voleibol do Alentejo, explicou, em termos gerais, o processo de pagamentos de arbitragens.

Por último, informou o Delegado da Associação Portuguesa de Árbitros de Voleibol que ele mesmo ou a Federação Portuguesa de Voleibol está disponível, como sempre, para reunir com APAV ou outros Associados.

Não havendo mais intervenções antes da ordem do dia, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu andamento aos trabalhos, passando ao Ponto Único da referida ordem, conforme o estabelecido na convocatória de Assembleia – Apreciação e Votação do Orçamento e Plano de Actividades Anuais da Federação Portuguesa de Voleibol para o Ano de 2022.

O Presidente da Direcção apresentou, de um modo global, o Orçamento e Plano de Actividades da Federação Portuguesa de Voleibol para o Ano de 2022.

Salientou que este Orçamento e Plano é de contenção, face à crise e ao estado que o País atravessa, ficando à disposição dos presentes para qualquer esclarecimento.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral abriu de imediato as inscrições para esclarecimentos, informando os Delegados que o Presidente da Direcção, no fim de todas as intervenções, iria responder às mesmas.

O Delegado da Associação de Árbitros de Voleibol, Avelino Azevedo, solicitou a palavra para pedir um esclarecimento acerca de não haver nenhuma referência, no orçamento, sobre

o pagamento de vencimentos perdidos aquando da dispensa de serviço para as deslocações de arbitros internacionais ao estrangeiro quando nomeados. Igualmente, solicitou esclarecimento acerca do aumento de verbas com o pessoal da Federação Portuguesa de Voleibol.

O Presidente da Direcção explicou que se ele tivesse sido com atenção, teria reparado que este aumento originou a diminuição do valor orçamentado na rubrica de honorários. Mais informou que os funcionários já não são aumentados há dois anos e que o aumento verificado se deve apenas à passagem de alguns trabalhadores independentes para dependentes da Federação.

Finda a apreciação, discussão e esclarecimentos, procedeu-se de imediato à votação, tendo o Orçamento e Plano de Actividades Anuais da Federação Portuguesa de Voleibol para o ano de dois mil e doze, sido aprovado por unanimidade.

Desejando a todos os presentes e seus familiares votos de Bons Festas e de um Próspero Ano de Dois Mil e Doze, o Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos, mandando lavrar a presente acta que depois de lida e aprovada vai ser assinada nos termos legais.

O Presidente:

O Secretario em exercício: